

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**KAROLINE NAIR FIGUEREDO DA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010**

**KAROLINE NAIR FIGUEREDO DA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>:MSc. Maria Valkiria Zanette

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010**

**KAROLINE NAIR FIGUEREDO DA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em teoria e prática pedagógica.

Criciúma, 06 de dezembro de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup>. Maria Valkiria Zanette – Mestre – Orientadora (UNESC)

Prof.<sup>a</sup> Mirozete Iolanda Volpato Hanoff - Especialista - (UNESC)

Prof.<sup>a</sup> Samira Casagrande - MSc - (UNESC)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que nos possibilitou a vida guiando, inspirando a caminhada até aqui.

Agradeço a UNESCO pela oportunidade, de tornar-nos educadoras com qualidade e consciência crítica.

A minha Orientadora Valkíria, por estar sempre disposta a ajudar com uma palavra amiga, um incentivo, por cobrar quando necessário e ser a grande mediadora neste processo.

Aos meus pais, irmãos, amigos, enfim pessoas que me incentivaram, acreditaram em meu potencial e estavam sempre ao meu lado nas horas boas e difíceis e foram imprescindíveis na luta para esta conquista.

Agradeço também aos colegas, aos amigos de sala de aula, pelo carinho, apoio, divergências, interação, superação... Tudo serviu de base para que eu saísse mais fortalecida no final da jornada.

A todos aqueles que acreditam que ler e escrever se aprende lendo, escrevendo e pensando! Aos professores que defendem a idéia de que ensinar a ler é uma das formas de lutar contra a diminuição da capacidade de indignação; capacidade de resistência e a capacidade de crítica e a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram na elaboração e execução desse trabalho de conclusão de curso.

“Para Alfabetizar letrando;  
Inicie sua aula lendo ou ouvindo...  
Leia ou ouça muitos textos....  
Textos interessantes, como: histórias, poesias,  
adivinhações, letras de músicas, receita de  
doce, trava-línguas, convite, etc.  
Possibilite que seu educando tenha contato  
com escritas que talvez não conheça:  
dicionário, um telegrama, um bilhete, biografia,  
etc.  
Interfira quando ela estiver tentando escrever...  
Sua mediação será valiosa.  
Seja criativa, use de estratégias significativas  
para mediar o processo de alfabetização.  
Estude muito, reinvente a sua ação  
pedagógica, a cada dia.  
Seu educando irá adorar”.

(SANTA CATARINA, 2005)

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a continuidade no processo de alfabetização e letramento quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental, visando qualificar o processo de apropriação da leitura e escrita. Considera-se que é fundamental valorizar o conhecimento que os alunos trazem consigo para então trabalhar os conhecimentos sistematizados e construídos pela humanidade. A escola e os professores não conseguindo compreender tal importância para o processo de alfabetização, muitas vezes, ainda se prendem ao uso inadequado de instrumentos como as cartilhas que, quase sempre não têm significado para a criança. Ressalta-se que não há como se apropriar da leitura e da escrita desconsiderando o letramento. Para isso, o referencial teórico contém idéias de estudiosos desse tema que serviram de base para analisar os dados levantados, por meio de questionários. As perguntas referentes à pesquisa foram respondidas por seis professoras que atuam nessa área em estudo, no município de Içara/SC. Traz também o olhar reflexivo sobre o ambiente do processo de alfabetização escolar e sala de aula. Observou-se ainda, a existência de muita incoerência entre as falas das professoras sobre o tema, o que nos leva ao entendimento de termos ainda, muito o que aprender sobre o processo de alfabetização com letramento principalmente na Educação infantil e primeiro ano do Ensino Fundamental..

**Palavras-chave:** Participação. Escola. Educação. Aluno. Letramento. Alfabetização.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 SITUAÇÕES LEGAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....	9
2.1 Leis que Modificaram a Duração do Ensino Fundamental no Brasil .....	9
2.2 A Formação da Criança no 1º ano do Ensino Fundamental .....	10
3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	13
4 ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO .....	16
4.1 A Escrita na sua Origem.....	16
4.2 A Importância da Escrita e da Leitura. ....	18
4.3 A Alfabetização e os Métodos Tradicionais.....	24
5 METODOLOGIA.....	27
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	29
6.1 Alfabetização e Letramento na Visão dos Educadores.....	29
6.2 Avaliação Diagnóstica dos Alunos que Vem da Pré-escola é o Esperado? ....	35
6.3 Alfabetização e letramento na Educação Infantil.....	36
6.4 As dificuldades em continuar a alfabetização iniciada na Pré-escola. ....	38
6.5 Principais Atividades Desenvolvidas em Aula.....	40
7 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

O tema relacionado ao processo de alfabetização e letramento da criança quando conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental, surgiu em algumas discussões realizadas em sala de aula, no curso de Pedagogia. Tais reflexões levaram-me a pensar que ainda existem muitas dúvidas em relação à implementação do ensino fundamental com a duração de nove anos.

Segundo Coraggio (1998), para adequar-se às expectativas dessa nova legislação, as reformas educacionais e curriculares devem caminhar no sentido de preparar crianças e jovens para cidadania. Para tanto, torna-se necessário proporcionar-lhes conhecimentos a fim de que possam participar e usufruir dos bens e serviços da sociedade atual, integrando-se também no processo produtivo que demanda uma mão-de-obra cada vez mais qualificada.

Para melhor nortear a pesquisa formula-se a seguinte questão: existe continuidade no processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental?

Com base no objetivo geral, “Analisar a continuidade do processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental”, foram definidos os objetivos específicos: Pesquisar em referências bibliográficas a problemática abordada; Identificar as principais funções sociais da escola; Verificar quais são as expectativas em relação à pré-escola e ao Ensino Fundamental que permeiam as falas dos professores; Identificar por meio dos depoimentos das professores pesquisados se as atividades desenvolvidas na Pré-Escola estão coerentes com as que são desenvolvidas no 1º ano do Ensino Fundamental; Verificar se os professores do 1º ano do Ensino Fundamental preocupam-se em realizar o diagnóstico da aprendizagem que seus alunos já possuem.

Para compreender o tema de pesquisa foram definidas algumas questões norteadoras: Quais as principais funções sociais da escola? O processo de alfabetizar e letrar devem iniciar na educação infantil? Quais as expectativas, em relação à pré-escola e ao 1º ano Ensino Fundamental, permeiam as falas dos professores? As atividades que os professores afirmam desenvolver na Pré-Escola são coerentes com as do Ensino Fundamental? Os Professores do 1º ano do Ensino

Fundamental preocupam-se em conhecer a aprendizagem que seus alunos já possuem em relação à alfabetização com letramento? Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de alfabetização?

Em um breve levantamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso realizado no curso de pedagogia não foi encontrado nada relacionado com esse tema. O estudo foi realizado por meio da aplicação de um questionário com 6 professores, três da Educação Infantil e três do Ensino fundamental, que atuam no município de Içara.

Neste contexto, a pesquisa pode trazer contribuições para melhor entendimento do processo de alfabetização na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental.

O trabalho está vinculado à linha de Pesquisa “Teoria e Prática Pedagógica”, sendo o eixo temático o processo Ensino-Aprendizagem, que discute as relações entre o ensino e a aprendizagem, produzidas na escola e ambientes equivalentes. Enfatiza as diferentes concepções e implicações no processo de ensino aprendizagem como suporte para prática pedagógica.

Primeiramente, apresenta-se o referencial teórico que embasou a análise dos dados pesquisados, refletindo sobre os documentos oficiais que modificaram o ensino fundamental no Brasil; A função social da escola; O processo de alfabetizar com letramento, seguidos pela descrição da metodologia de pesquisa, análise dos dados coletados e conclusão destacando os principais resultados alcançados.

## **2 SITUAÇÕES LEGAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Este capítulo oportuniza refletir e conhecer um pouco mais sobre os documentos oficiais que normalizam o Ensino Fundamental bem como compreender as várias leis que periodicamente definem a sua estrutura, principalmente as leis referente às mudanças atuais na transição dos oito para nove anos.

### **2.1 Leis que Modificaram a Duração do Ensino Fundamental no Brasil**

No Brasil, historicamente, a idade mínima para ingressar na escolarização, durante muito tempo, foi de sete anos. Hoje, em função das mudanças trazidas pela LDB 9394/96, a obrigatoriedade passou para seis anos e assim, aumenta o período de duração do Ensino Fundamental, de oito para nove anos.

Esta intencionalidade pode ser constatada por meio das sucessivas leis que amparam o Ensino Fundamental, no sistema de educação brasileira:

- A lei de nº 4.024/1961, que estabelece a obrigatoriedade do ensino primário para quatro séries anuais, e ainda, de acordo com seu Art. 26. Parágrafo único: “Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.” O acordo de Punta Del Leste a Santiago/ 1970, que estende para seis anos o ensino para todos os brasileiros;

- A lei nº 5. 692/1971, que em seu Art. 18, institui a obrigatoriedade do então ensino de 1º grau, para oito anos letivos, contemplando pelo menos 720 horas de atividades por ano

- A lei nº 9.394/1996, estabelece o Ensino Fundamental obrigatório de oito anos, com iniciação aos sete anos de idade; por meio de seu Art. 32, “o ensino fundamental terá duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito.”

- A lei nº 11.114/2005, que altera a 9.394/1996 e tornou obrigatório o início do Ensino Fundamental, aos sei anos de idade, e por fim, a lei nº 11.274/2006,

que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração com inclusão das crianças de seis anos de idade.

A mudança, principalmente na idade de ingresso da criança no ensino fundamental, com base nessas últimas leis, trouxe grandes desafios às escolas e aos educadores, como escreve Barreto (2004, p. 15):

Dimensionar a complexidade e sua implantação, apontando aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da formação e envolvimento dos professores nas mudanças pretendidas, da participação dos pais e de outros atores, enfim, da cultura da escola, que são profundamente afetadas [...] um confronto que tradicionalmente tem faltado de modo dominante a organização escolar. (BARRETO, 2004, p.15).

O Ensino Fundamental de nove anos é necessário no momento atual , pois novas tecnologias, maior acesso às informações, as leituras são necessárias para que se concretizem, e tais mudanças, exigiram a elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional De Educação, uma reelaboração de Proposta Pedagógica pelos órgãos competentes em nível nacional, e pelas secretarias estaduais e municipais de educação. Além da atualização do projeto político pedagógico pelas escolas. A decisão sobre notas, conceitos, relatórios descritivos ou até mesmo o misto conceito/nota é uma decisão dos sistemas de ensino.

É importante criar um diálogo produtivo entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sendo essencial que o professor esteja envolvido no processo para definir as atividades que as crianças vão desenvolver no 1º ano e quais são as expectativas de aprendizagem, que se tem em relação a elas. Só assim as crianças têm condições de avançar e nessa perspectiva, é essencial que o professor seja portador ou esteja preparado para trabalhar com o aluno na sua totalidade, respeitando suas necessidades emocional, social e afetiva.

## **2.2 A Formação da Criança no 1º ano do Ensino Fundamental**

Como já vimos, de acordo com a lei n. 11.274/2006, o Ensino Fundamental passa a ter nove anos no Brasil, e incluem obrigatoriamente na escola as crianças de seis anos. Nesse sentido, Kramer comenta que Educação Infantil e

Ensino Fundamental são indissociáveis:

Ambos envolvem conhecimentos afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso, o cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. (KRAMER, 2006, p.810).

Para maior riqueza de aproveitamento e sucesso do processo ensino aprendizagem, as escolas precisam estar atentas para que essa passagem da pré-escola para o 1º ano não se torne uma ruptura e acabe influenciando negativamente no processo de alfabetização. Sobre essa importância da escola atender as necessidades básicas dos alunos Kramer (2006) escreve:

As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo, mais que uma escola digna, uma vida digna. (KRAMER, 2006, p. 811-812).

É importante que no trabalho com crianças de seis anos de idade, as afirmações de Kramer (2006) sejam concretizadas, a fim de assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando impactos negativos no seu processo de escolarização.

Destaca-se ainda em Santa Catarina (2005), que no Brasil de ontem, a Educação Infantil não era vista pelo poder público como uma modalidade importante e fundamental para a formação da criança. Esse fato contribuiu muito para o descaso e omissão de todo o poder público, sejam eles Municipal, Estadual ou Federal. No entanto, é preciso reconhecer que hoje os pais têm dado significativos passos no sentido de valorizar e investir na educação infantil, por entenderem que essa modalidade de ensino é fundamental para a formação dos seres humanos no futuro.

De acordo com Barreto (2004) hoje o governo federal já tem assumido com maior rigor as políticas públicas para a educação infantil, considerando que a alfabetização e a socialização devem ser trabalhadas em primeiro lugar, por se

constituir em fatores que influenciam fortemente na vida da sociedade. Acredita-se sobre este mesmo viés, que no Brasil, os avanços qualitativos adquiridos dos últimos tempos em relação à educação infantil, em qualidade e eficácia, se constituem em importantes instrumentos de inclusão social. Passou-se a reconhecer que na Educação Infantil deve ser prioritário o ato de ensinar, de aprender, de transformar pessoas, revolucionar sistemas, reavaliar posturas e comportamentos e buscar novas perspectivas de vida.

Kramer (2006) ainda declara que a inclusão de criança de 6 anos no Ensino Fundamental requer diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Diálogo pedagógico dentro da escola e entre as escolas buscando alternativas curriculares claras, no qual o planejamento e o acompanhamento feitos pelos adultos que atuam nessas classes levem em conta as particularidades das ações infantis. Também devem ser respeitados, o direito à brincadeira, à produção cultural, pois tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, as crianças devem ser atendidas em suas necessidades.

Neste sentido, o documento curricular Projeto Marista para o Ensino Fundamental (2010), propõe que a mediação pedagógica seja um meio na qual o professor possa auxiliar os alunos a se apropriar de valores, conhecimentos e saberes, ou seja, implicando que haja a existência de bons relacionamentos, encontros e diálogos. Proporcionando um ato de intervenção intencional que cria condições para que o aluno aprenda sobre o mundo.

### 3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Ressalta-se que a escola é uma instituição social, e como tal tem sua função pautada no desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, através da aprendizagem dos conteúdos entendidos como: conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores. Esse conjunto de conhecimento por sua vez não pode ser trabalhado de forma fragmentada, descontextualizada, mas de maneira contextualizada possibilitando ao educando o desenvolvimento de suas capacidades, o que por sua vez favorece a construção de cidadãos mais participativos no meio em que vivem.

Desta forma, é importante que as apropriações dos saberes por meio de práticas pedagógicas priorizem atividades significativas e lúdicas, permitindo que as crianças tragam suas experiências e seus conhecimentos espontâneos. A partir daí, o professor passa orientá-las na compreensão das formas de pensar, sentir e agir, estabelecidas em sua cultura e proporcionadas pelo ambiente escolar como um todo. No cotidiano educativo, o espaço e o tempo são vistos como essenciais, pois as crianças vivenciam momentos de situações livres. Assim “as significações que venham a ser elaboradas pela criança têm como referência o universo das experiências que lhes foi possibilitado”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 24)

Nesta perspectiva, a organização espaço temporal nas instituições de Ensino, torna-se relevante, pois este ambiente é exatamente propício para as crianças vivenciarem momentos de situações livres em que podem expressar seus sentimentos e emoções, por meio de brincadeiras, jogos educativos, imitações. O educador deve estar atento às suas atitudes e aos papéis que cada um assume.

A interação entre as crianças e entre elas e o professor proporcionada por essas atividades atende a um dos eixos da Educação Infantil de extrema relevância para a aprendizagem porque a mesma proporciona momentos de troca de experiências, de culturas e vivências, por isso, a interação é de grande valia. Entretanto, esse processo nem sempre é fácil, podendo haver enfrentamentos e é preciso que o professor adapte sua prática a partir da realidade e necessidades de seus alunos.

Com relação ao processo de avaliação são imprescindíveis os registros diários os quais fornecem elementos necessários para a compreensão da avaliação.

Por meio da observação e do registro, o educador acompanha o processo de desenvolvimento da aprendizagem, permitindo-lhe uma visão integral das crianças, revelando assim suas especificidades. “Deste modo, sustenta-se a necessidade de rever as posturas das investigações sobre as crianças, propondo-se um novo olhar que as considere como sujeitos empíricos, com voz, vez e expressões próprias.” (ALTINO, 2005, p.14).

O primeiro ano da criança na escola vai muito além da necessidade dos pais em deixá-la sobre os cuidados de educadores enquanto vão trabalhar. Cabe à Educação Infantil oportunizar o desenvolvimento de aspectos sociais, físico, psicológico e intelectual da criança, contribuindo para a formação de sua identidade pessoal, inclusive como um cidadão consciente.

Conforme Áries (1978) as crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e nelas são produzidas. É nesse modo de ver as crianças que há o favorecimento de compreendê-las e também de ver o mundo através do seu ponto de vista. A infância é mais do que um estágio, é uma categoria da história, pois só existe uma história humana porque o homem tem infância.

Nas diversas situações do cotidiano é importante as crianças manifestarem suas opiniões, ouvirem o outro, descreverem situações, recordarem fatos, darem recados, relatar acontecimentos históricos, passeios, brincadeiras; ouvir e cantar fábulas, trava-línguas, adivinhações, parlendas, contos; produzir e comparar as escritas. (SANTA CATARINA, 1998, p.23).

É na brincadeira que a criança interage, vive experiências, cria, imagina e por meio dela, estabelece o vínculo entre o imaginário e o real. Portanto, é extremamente importante pensar na brincadeira como sendo fundamental no processo de ensino-aprendizagem. O educador deve incluí-la em sua prática pedagógica, pois “A brincadeira constitui-se em um momento de aprendizagem em que a criança tem a possibilidade de viver papéis, de elaborar conceitos e ao mesmo tempo exteriorizar o que pensa da realidade.” (SANTA CATARINA 1998. p.23).

No cotidiano da educação infantil, a brincadeira deve fazer parte constantemente de suas atividades, de modo que a criança possa também fazer parte de sua organização, construindo os mais diferentes materiais. Ao participar do processo de construção desses materiais a serem utilizados na brincadeira, ela desenvolve sua autonomia, aspectos psicomotores, cognitivos e percebe que existem regras, o que favorece o convívio grupal.

Partindo deste pressuposto, a brincadeira favorece a auto-estima da criança, permitindo o ato de recriar e repensar os acontecimentos do cotidiano. Nesse sentido, o faz-de-conta, torna-se necessário para que a mesma utilize objetos para exercer a brincadeira e por meio dela construir significados, enriquecendo assim sua imaginação.

Por meio das atividades lúdicas, acontece também a construção e ampliação do conhecimento, necessitando da mediação do professor. Ele deve interferir na zona de desenvolvimento proximal, que na concepção de Vygotsky, refere-se àquelas funções da criança que ainda não estão amadurecidas, mas que se encontra em processo de amadurecimento. Essas são funções que, em um amanhã próximo, alcançarão sua maturidade. Segundo sua teoria, esta zona de desenvolvimento é a que vai determinar o diagnóstico real do processo de desenvolvimento em que a criança se encontra.

Segundo esses conceitos, a Educação Infantil tem que assumir uma postura pedagógica com o intuito de contribuir para que a criança realmente faça parte da sociedade, visando à promoção da cidadania. O educador consciente de seu papel precisa redefinir sua prática, a fim de elaborar projetos que tragam contribuições significativas para as crianças, percebendo-as como sujeitos da aprendizagem.

Fica evidente a importância da função social da escola, como alicerce da cidadania e cultura. A escola, enquanto instituição ética e socializadora, é reconhecida como um dos principais meios para a formação crítica e cidadã do indivíduo. E para o exercício dessa incumbência, as instituições educativas precisam assegurar a realização de atividades que tenham relação com todos os aspectos que envolvem a tarefa maior da escola, que é a qualidade em educação, a inclusão social e a preparação para a vida.

## **4 ALFABETIZAÇÃO COM LETRAMENTO**

Quando a criança deixa o ambiente da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, em muitos casos, há uma ruptura no processo ensino aprendizagem, pois se tem mais que a troca de ambiente. A maneira como este processo é trabalhado influencia diretamente na apropriação do conhecimento. Entende-se que é preciso olhar detalhadamente o espaço educativo, isto é, a sala de aula, considerando que educando possui sua história, seus saberes, sua bagagem de conhecimento e vivências nas quais devem ser valorizadas.

Este capítulo descreve resumidamente a raiz histórica da escrita, os métodos de alfabetização mais utilizados e a questão hoje tão discutida sobre a alfabetização e letramento. Destaca-se ainda que o letramento propicia condições para que o educando se aproprie dos conhecimentos científicos tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas também de iniciar a construção de novos conhecimentos, de acordo com sua realidade, dando sequência às séries subsequentes a alfabetização.

### **4.1 A Escrita na sua Origem**

Uma das necessidades primordiais do ser humano é a comunicação. Desde seu surgimento, o homem tem deixado marcas impressas que representam suas vidas, anseios, desejos, medos, lendas etc. Um bom exemplo é a arte rupestre, que são os desenhos e esculturas que nossos ancestrais na pré-história deixaram registrados nas cavernas. Esses símbolos, embora simples, caracterizaram suas épocas e devem ser reconhecidos como início de um processo que a cada época, cada geração, cada cultura se modifica e se aprimora mais e mais. (JEAN. 2002),

De acordo com o autor já citado (2002) a escrita acompanha lentamente a evolução do homem. Com o passar dos milênios, a humanidade se desperta para a necessidade de registrar com clareza suas idéias e expressões significativas. Para isso, cada cultura cria uma simbologia e uma forma de registro própria, sendo que cada código é distinto um da outro.

Essas escritas eram representadas por signos, ou seja, desenhos que, combinados sequencialmente, em meio aos costumes e hábitos culturais da época, transmitiam uma ideia e eram denominados pictogramas. (JEAN.2002).

De acordo com Trindade (2010) escrever por meio de pictogramas não era uma escrita simples e poucos sabiam interpretá-la. As pessoas que dominavam a leitura e a arte de escrever eram os escribas e por isso detinham grande poder. Eles eram pessoas muito cultas, poderosas que exerciam grande influência entre os soberanos.

Diz ainda Jean (2002) que os escribas também deram início à fonética, unindo símbolos com os sons para facilitar a leitura. Assim puderam distinguir língua falada de objetos. Essa distinção na escrita propiciou o registro de pensamentos, conhecimentos, história entre outros.

A escrita mais usada durante séculos era a cuneiforme (cuneus, do latim cunha). Vários povos a usaram, embora as simbologias mudassem de acordo com a língua de cada civilização e as ferramentas eram adaptadas ao suporte da escrita. Para tal procedimento, usava-se para as plaquetas de barro, as ferramentas de madeira; para as plaquetas de metal, usava-se um buril. Assim, cada país ou região habitada criou a forma de melhor comunicar-se entre eles, por exemplo: no Egito, segundo o mesmo autor, os escribas criaram os hieróglifos (Hieros = sagrado e gluphein = gravar; escrita dos Deuses) por volta de 3.000 a.C. Sua simbologia era capaz de exprimir, com clareza, qualquer coisa. Com ela os egípcios deixaram seus registros em todas as áreas de conhecimento que possuíam, contemplando desde a medicina até a educação, da agricultura aos reinados, dentre outras. A China, em 2000 a.C., desenvolveu sua escrita, que perdura até os dias de hoje. Assim como os egípcios atribuem o surgimento da sua escrita aos deuses, os chineses atribuem seu surgimento a lendas de imperadores e sacerdotes em busca de suas respostas e sonhos. (TRINDADE, 2010)

Graça a essa invenção das várias formas de escrita, utilizadas pelos nossos antepassados, que hoje podemos conhecer suas histórias, as condições sócio-culturais em que viviam. Bem como toda evolução que historicamente marcou a vida do ser humano ao longo dos séculos. Essa é uma das características mais importantes atribuídas à escrita: o registro das ideias, culturas, crenças que marcaram e marcam os principais fatos históricos da humanidade.

## 4.2 A Importância da Escrita e da Leitura.

Saber ler e escrever por muitos anos aqui no Brasil, era o sonho da maioria dos brasileiros, que até então eram excluídos do processo ensino aprendizagem. Tratava-se de um país praticamente de analfabeto.

Por longos anos foram desenvolvidos programas e projetos que pudessem erradicar do país a marca de analfabeto, pois aprender a ler e a escrever era privilégio de poucos. Surgiram então programas como o MOBREAL, Ciclos de Cultura e outros que tinham como principal objetivo alfabetizar a população brasileira. (ARANHA, 2005).

Hoje, em pleno século XXI, ainda temos muito que caminhar e conquistar. Embora o acesso à escola e ao Ensino Fundamental seja um direito garantido nas leis nacional, muitas pessoas passam pela escola e saem sem saber ler e escrever como deveriam, isso tudo por uma série de fatores sócio-culturais e econômicos que interferem diretamente no processo de escolarização.

Não há dúvida quanto à importância da alfabetização com letramento. Sem ler e escrever tudo fica mais difícil, desde a leitura de uma simples receita até à mobilidade social, ou seja, do ir e do vir, tornando-se um tormento para uma pessoa analfabeta. O mercado de trabalho então é outra aflição. Sem saber ler ou escrever os sujeitos estão no mundo, mas ao mesmo tempo, estão à mercê do mesmo porque se tornam excluídos ou são privados de viver plenamente sua cidadania.

Atualmente as sociedades estão centradas cada vez mais na escrita. Contudo o simples saber codificar e decodificar as palavras, por meio do código linguístico, isto é, ser apenas alfabetizado sem letramento, tem-se constituído condição insuficiente para responder com autonomia e consciência às exigências e necessidades do mundo contemporâneo.

De acordo com Santa Catarina (2005, p.23) para o indivíduo exercer sua cidadania, “é necessário ir além da simples apropriação do código escrito; é preciso exercer as práticas sociais da leitura e escrita demandadas nas diferentes esferas da sociedade”.

Desta forma entra em jogo a questão do letramento. Não que seja algo novo, nem tampouco é um tipo de método. É uma palavra que dá novo sentido ao processo alfabetizador. Por isso, é emergencial estudar e compreender seus

significados, pois até então era um conceito fenômeno pouco discutido.

Na procura da solução para as dificuldades no processo de alfabetização, muitos educadores começam a defender a importância do letramento como ponto chave no processo de apropriação da leitura e da escrita. Há um entendimento geral de que letramento refere-se à prática social da leitura e da escrita e junta-se ao conceito de alfabetização, no sentido de se dar conta não apenas da dimensão do processo de apropriação do código da escrita, mas de suas consequências na vida social dos indivíduos.(SANTA CATARINA, 2005).

Ainda na Proposta Curricular de Santa Catarina (2005) pode-se verificar que a difusão e o emprego do termo letramento passaram a ter relevância no meio educacional, a partir da década de 1980. Trata-se de um processo em que se deve permear as ações pedagógicas da reorganização do ensino, a reformulação e ressignificação dos novos modos de ensinar, que ganhou espaço e credibilidade no discurso de teóricos, de especialistas e de professores alfabetizadores.

É necessário superar o sentido restrito de alfabetização concebido como um simples processo de apropriação do sistema de escrita para que o indivíduo seja letrado. Isso, quando se faz uma distinção entre alfabetização e letramento como explica Soares (2003, apud SANTA CATARINA, 2005), escrevendo que: a alfabetização em sentido restrito refere-se apenas a aquisição do alfabeto escrito, sua estruturação para ler e escrever, enquanto que o letramento refere-se ao processo de inclusão e participação na cultura escrita, envolvendo o uso da língua em situações reais da sociedade que nos envolve. Ou seja, constitui conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades indispensáveis para o uso da língua em práticas sociais que requerem habilidades mais complexas.

O objetivo central desse processo não está voltado somente para garantir a inclusão do sujeito letrado no processo escolar, mas reconhecer que um indivíduo não letrado possui maior possibilidade de ser mais um excluído da sociedade em que vive. (SOARES, 2004).

A autora (2004) ainda destaca que a leitura é um dos principais instrumentos de comunicação e interação social, e por isso afirma que não se trata de garantir ao sujeito letrado a inclusão social, mas considerar que a falta de letramento determina a sua exclusão.

Segundo Ferreiro (1999, p.44-7) é preciso compreender bem o que significa alfabetizar e letrar, pois implica no domínio de algumas propostas

fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial como: restituir à língua escrita seu caráter de objeto social; (inclusive na pré-escola), pois todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível desde que lhes sejam oportunizadas situações desafiadoras em que possam interagir com a língua escrita, nos mais variados contextos. Dessa forma, permite-se o acesso, o quanto antes possível à escrita do próprio nome, sem supervalorizar a criança, supondo que irá compreender de imediato a relação entre a escrita e a linguagem.

De acordo com Ferreiro (1999) de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de se modificar. Contudo, mesmo entre os grupos de crianças sabe-se que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1999, p.23)

Pode-se dizer então que a compreensão e concretização do processo de alfabetização vão muito além dos métodos de ensino. Muitos fatores determinam uma compreensão maior ou menor da língua escrita como sistema. Por isso, a maioria das crianças, conforme a idade, já chegam à escola com suas hipóteses de escrita, com movimento em direção às características da escrita, vistas nos textos socialmente significativos. Por exemplo, a criança reconhece rótulos de produtos por ela consumidos, levando-as a construir por si próprias, estratégias e hipóteses cada vez mais relevantes para a elaboração de leitura e escrita.

As concepções e imagens que as crianças vão formando dos vários tipos de textos, de suas partes, de suas organizações espaciais no papel e de suas características discursivas, exercem um papel fundamental na escrita de seus próprios textos.

É interessante perceber a criança buscando e descobrindo diversas maneiras de representar sua escrita. As estratégias utilizadas por ela vão-se redesenhando de acordo com a transformação em que se operam tanto no seu aprendizado como no objeto em que se está aprendendo.

Conforme comenta Ferreiro (1996), a linguagem escrita, por razões históricas, transformou-se em um objeto de propriedade da escola, instituição responsável pela transmissão dos conhecimentos às novas gerações. Por isso, as instituições de ensino necessitam superar urgentemente a metodologia de alfabetização, evitando tratá-la como simples atividade que tem fim em si mesma, destituída de suas significações e das funções que justificam a leitura e escrita como objetos sócio-culturais.

Na abordagem sócio-interacionista, o processo de aprendizagem é entendido como apropriação e reelaboração do conhecimento historicamente construído. Nessa visão, aluno e professor devem apropriar-se daquilo que é patrimônio coletivo da humanidade e, a partir daí, na interação entre as demais pessoas e de acordo com o momento histórico em que vivem, seguem (re) elaborando e (re) construindo novos conhecimentos.(VIGOTSKY,1989).

Com estes pressupostos, o autor defende a ideia de que a participação do professor é importante para a aprendizagem da língua escrita, pois implica, no domínio e desenvolvimento de funções mentais superiores, tais como a memória, a atenção, a percepção e a própria linguagem. (VIGOTSKY, 1989)

Vigotsky destaca também, a importância do papel do professor, que além de mediador do conhecimento, é aquele que planeja, organiza propõe desafios aos alunos de modo que estes se apropriem significativamente do conhecimento. Por esta razão, a linguagem deve ser praticada por meio de atividade em que participam alunos e professores. Esta prática deve ser utilizada pelos professores, pois a apropriação da linguagem escrita e falada não podem ficar restrita a exercícios repetitivos.

Segundo Monte (2004), nesse processo de alfabetização e letramento, alunos e professores são parceiros, já que ambos precisam desenvolver ações coordenadas e compatíveis com o processo, para assim alcançarem resultados produtivos. Essa é uma peculiaridade da atividade educativa: o aluno não deve ser tomado como objeto passivo, inanimado, a ser transformado pela ação de alguém. Ele é sujeito dotado de personalidade, portanto, de consciência de si, de afetividade, de vontade e necessidade que se desenvolve em condições concretas e sociais de vida. Nesse sentido, o aluno é um sujeito ativo, podendo se tornar capaz de assumir, juntamente com o professor a direção de sua própria aprendizagem.

Nessa perspectiva, a proposta Curricular de Santa Catarina (2005), enfatiza que a apropriação da língua escrita requer interações específicas que acontece, normalmente, por meio da escolarização indispensável e fundamental a todo cidadão.

Um dos desafios que se coloca hoje aos professores é trabalhar na perspectiva da alfabetização e do letramento, de forma a assegurar uma ação pedagógica coerente e adequada à contemporaneidade. Isso possibilitará ao aluno a apropriação do sistema linguístico e a plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e das diferentes linguagens produzidas culturalmente.

A criança, ao ter contato com as diferentes linguagens e ao compreendê-las e utilizá-las, apropria-se dos recursos de textualidade que lhe permitem expressar-se com maior clareza e criatividade. A mediação pelas diferentes linguagens na e pela escola possibilitará o aprendizado de leituras mais críticas e das mais variadas possibilidades de organização textual.

É preciso considerar que cada texto que circula socialmente, tem suas especificidades e atende aos objetivos propostos para o uso a que se destina. Diferentes objetivos no uso da linguagem exigem diferentes textos e, cada qual, por sua vez, requer uma modalidade diferente de leitura (REGO, 1999).

Há textos que podem ser lidos apenas por partes, buscando-se a informação necessária àquele momento; outros precisam ser lidos exaustivamente quando se deseja compreender e apreender um determinado conhecimento; a outros se recorre várias vezes na busca de informações adicionais do cotidiano. Há leituras em que é necessário controlar atentamente a compreensão de quem lê, ora voltando atrás no texto, ora acrescentando informações, para a certificação do entendimento e aprofundamento de conceitos, e, em outras situações, tem-se a leitura pelo prazer de ler. (REGO, 1999).

Quando se lê, segundo Orlandi (2003, p. 11), “considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas”.

Assim, quanto maior a interação do aluno com a diversidade cultural, maior será suas possibilidades de conhecimento para a leitura do mundo. Nesse sentido, pensar a alfabetização numa perspectiva de letramento significa experienciar situações que envolvam as diferentes concepções de leitura e escrita de forma crítica e dialógica, sendo os professores os mediadores e concretizadores dessa

proposta.

O papel do professor é o de condutor do processo, de mediador atuando na zona de desenvolvimento proximal. Sua intervenção é direta, pois deve ajudar a criança a avançar. O professor acompanha cada aluno para auxiliá-lo na superação das dificuldades. E quando se trabalha diretamente com o conceito de desenvolvimento proximal, é o professor que precisa conhecer o desenvolvimento real da criança, mas não pode parar por aí. É pelo auxílio direto, com explicações, pistas e sugestões, que o aluno avança, consolidando o desenvolvimento que era apenas potencial. (REGO, 1999).

Ainda com base nos desafios pedagógicos reservados principalmente ao professor, no processo de alfabetizar letrando, ressalta-se o respeito à heterogeneidade, às diferenças e necessidades individuais dos alunos e a consideração do erro, na elaboração da escrita, como inerente ao processo de construção textual.

Para Soares (2004, p. 12) é imprescindível alfabetizar letrando, pois ambos se complementam:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita.

Assim sendo, registra-se que o processo de alfabetização é a base de todo o processo ensino-aprendizagem.

Fica a certeza de que o processo de alfabetização vai muito além de decodificar símbolos, signos. Ele envolve a história de vida, a história social, a visão de mundo. Alfabetizar tem, pois um sentido muito maior que deve ser levado em conta para então superar a fragmentação, a decoreba e tornar-se na escola um oásis de saber.

A alfabetização, portanto, é elemento essencial do letramento, pois orienta o indivíduo para apropriar-se do código escrito sem o qual seria impossível aprender a ler e escrever e ao mesmo tempo conviver e participar de práticas reais de leitura e escrita. Nesse sentido, “[...] letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado

da escrita.” (SOARES, 1998 apud SANTA CATARINA, 2005. p. 24).

A alfabetização e letramento são inseparáveis e indispensáveis na apropriação das diferentes linguagens e na inserção do indivíduo na cultura escrita. Sabe-se que não se tratar de uma tarefa fácil de concretizar esses processos no cotidiano em sala de aula, mas segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998.p.39), mesmo sendo “uma tarefa difícil, esta atividade deve ser exercitada, vivenciada na sala de aula pelo potencial que oferece na dinâmica de apropriação da língua escrita”.

Por conseguinte, embora esses processos sejam interdependentes, indissociáveis e simultâneos, envolvendo conhecimentos, habilidades e competências específicas, exigem formas de aprendizagem e procedimentos de ensino diferenciados. Por isso, torna-se necessário refletir um pouco sobre os métodos de alfabetização mais conhecidos e suas principais consequências na vida social dos indivíduos alfabetizados.

### **4.3 A Alfabetização e os Métodos Tradicionais**

No chamado modelo tradicional, a escrita é entendida como simples representação da linguagem oral, ou seja, como mera codificação da fala. Daí o processo de alfabetização escolar ficar reduzido ao ensino do código alfabético, centrado na mecânica da leitura e da escrita.

Por isso, a alfabetização dos alunos nos métodos tradicionais, geralmente ocorre por meio de cartilhas, em que os alunos aprendem primeiramente as vogais e na sequência as letras do alfabeto com suas respectivas famílias silábicas. As frases ou textos são constituídos somente por palavras já conhecidas. Em seguida passa-se à combinação das vogais com uma das consoantes. Se a consoante for B, por exemplo, primeiro ensina-se a forma da letra; a seguir as sílabas formadas por essa consoante junto com as vogais formando: BA BE BI BO BU. A partir daí segue-se a formação por combinação dessas sílabas e, quando há outras já aprendidas anteriormente, estas também são incluídas, até que se esgotem todas as "famílias silábicas" e suas combinações. Esse método contraria as ideias de Goulart (2003, p. 106) quando escreve que:

Alfabetizar é menos impor modelos que permitir que o sujeito desenvolva sua forma de captar o simbólico social nos textos (e aí está incluído o sistema de escrita), a partir de sua subjetividade, com a sua marca, a sua assinatura. A construção da identidade individual no processo de produção de textos parece estar fundada na construção da identidade social.

Fundamentados nessa visão tradicional, os métodos podem ser sintéticos ou analíticos. Tanto o sintético quanto o analítico, partem do pressuposto de que a criança nada sabe a respeito da língua quando inicia o processo de alfabetização na escola regular.

Os processos sintéticos partem de elementos menores que a palavra, podendo ser os fonemas, letras e sílabas. Assim a alfabetização se inicia fazendo correspondências entre sons e letras, entre a linguagem oral e a escrita.

De acordo com Kato (1984) os processos analíticos se preocupam com a coerência do que vai ser lido ou escrito, restringem-se à cartilha e não propiciam o uso social da língua escrita. Percebe-se assim que tanto o método analítico quanto o sintético não permitem a exploração, a escrita de novidades, o uso de palavras que ainda não foram aprendidas em sala de aula, impedindo, por exemplo, que o alfabetizando explore e se aproprie do objeto conceitual que é a língua escrita.

Do ponto de vista escolar, o método analítico se diferencia do sintético no sentido de que o educando vai além da decoreba das famílias silábicas, e se alfabetiza a partir de frases de efeitos ou já com algum sentido, a criança decorava frases que o educador selecionava por achar interessante, ou aquilo que as cartilhas traziam, frases como do tipo: “EVA VIU A UVA”, ou ainda, “A LARANJA É AMARELA” e assim por diante. O importante é ressaltar, que as frases prontas, muitas vezes não faziam sentido, pois não eram do conhecimento ou da vivência dos estudantes.

Por isso, do ponto de vista conceitual, seu desenvolvimento é restrito, pois a aprendizagem é descontextualizada, centrada em situações artificiais, dificultando ao aluno o raciocínio e a transferência de seus conhecimentos para outros contextos, ou seja, a sua generalização para a vida.

As atividades propostas tanto pelo método analítico como pelo sintético, não dão oportunidades para as crianças criarem e testarem suas hipóteses infantis em relação ao mundo da escrita e da leitura a ser descoberto, explorado e internalizado. Os textos são elaborados aleatoriamente pelo professor ou retirados

das cartilhas que, privilegiam o domínio do sistema gráfico. Vale dizer, que as cartilhas têm como único objetivo colocar em evidência a estrutura da língua escrita tal como é concebida por esses métodos de alfabetização.

Verifica-se que ao trabalhar com a cartilha, a criança é levada a desenvolver a idéia de que, quando escrevemos o fazemos por meio de frases soltas, desarticuladas. Segundo Ventura (2003), disso decorre as muitas dificuldades apresentadas pelas crianças ao escreverem um simples bilhete, porque não sabem trabalhar com a articulação dos conceitos.

De acordo com Luria (1988) muitos professores pecam em relação ao processo de alfabetização, concebendo-o como algo pronto, técnico pois,

A escrita não se desenvolve, de forma alguma, em uma linha reta, com um crescimento e aperfeiçoamentos contínuos. Como qualquer outra função psicológica cultural, o desenvolvimento da escrita depende, em considerável extensão, das técnicas de escrita usadas e equivale essencialmente à substituição de uma técnica por outra. (LURIA, 1988, p. 180).

Segundo Ferreira (1996, p. 24) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.”.

Kato (1984) destaca que a grande preocupação que os educadores têm em utilizar este ou aquele método, deve-se ao fato de os mesmo sentirem-se mais seguros para ensinar a ler e a escrever trabalhando com o que conhecem ou com o que eles próprios se alfabetizaram.

## 5 METODOLOGIA

Neste capítulo, descreveremos o método que foi utilizado na pesquisa, ou seja, a maneira utilizada para obter o conhecimento científico.

Demo (1995, p. 11), conceitua metodologia como:

Estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer à ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

A pesquisa é compreendida como um processo investigativo que objetiva compreender os problemas ou fenômenos naturais, políticos, econômicos e sociais. Lakatos e Marconi (1992, p. 43) conceituam pesquisa como:

[...] procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A pesquisa é então de fundamental importância na comprovação de idéias provenientes de um processo investigativo. Especificamente nesse trabalho, para responder a problemática abordada e atender a temática em estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com materiais já publicados referentes ao tema escolhido, constituindo o referencial teórico que permitiu embasar a análise dos dados coletados por meio da aplicação de um questionário.

Para isso, foram pesquisados documentos, literatura, e outros similares que tratam da temática abordada, possibilitando à luz dos vários teóricos, a ação da reflexão.

Nesse trabalho, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, que é compreendida como aquela que dá maior profundidade e reflexão sobre a temática investigada. Segundo Beuren (2004, p.92) diz:

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Dessa forma a abordagem qualitativa foi muito importante no aprofundamento das questões relacionadas à temática abordada, ou seja: A continuidade no processo de alfabetização e letramento da pré-escola ao ensino fundamental, principalmente, no período em que a criança conclui a pré-escola e ingressa no 1º ano do ensino fundamental.

Para a construção e desenvolvimento desta pesquisa, fez-se o levantamento dos dados junto à Rede de Ensino, no município de Içara/SC.

A escolha ocorreu por causa do local onde estavam situadas estas escolas, centro de Içara, e por receberem um número significativo de clientela, desse município.

A população submetida à pesquisa foi composta por professoras de Alfabetização da educação infantil e do primeiro ano do ensino fundamental de Içara/SC, e foi realizada em um período de 15 dias, considerando a data em que ocorrera o primeiro encontro com a finalidade de explicar o motivo do trabalho e, o tempo necessário para que as elas pudessem entregar o questionário respondido de forma escrita.

Lakatos e Marconi (1996, p. 37) cita que:

Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso, verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. Daí a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população ou universo.

O procedimento da coleta de dados foi por meio de um questionário e o local da realização da pesquisa foi o próprio espaço educativo. A análise dos dados encontra-se no capítulo seguinte, feita a partir da interpretação das falas das professoras pesquisadas à luz do referencial teórico.

## **6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O objetivo desta etapa da pesquisa é analisar os dados coletados na entrevista, a fim de interpretar as respostas referentes ao assunto.

Através das leituras e das respostas dos entrevistados, pode-se adquirir conhecimentos que possibilitaram uma melhor interpretação do tema analisado. O procedimento de análise e discussão dos dados, foram categorizados tendo como eixo norteador às questões formuladas no roteiro da entrevista por meio do questionário auto preenchível.

### **6.1 Alfabetização e Letramento na Visão dos Educadores**

O desafio lançado hoje no interior das escolas passa fundamentalmente pela mudança da práxis educativa, pela forma de planejar, interagir e agir nos espaços educativos. O primeiro passo é a leitura do contexto, e o olhar sobre a realidade dos educandos, suas necessidades e possibilidades de se posicionar e intervir no mundo. Sem conhecer esta realidade não há como alfabetizar, não há como trabalhar numa perspectiva emancipatória. Por isso, nessa pesquisa buscamos levantar alguns dados juntos aos professores que atuam com os processos de alfabetização e letramento, tendo em vista o que pensam e de que forma dão continuidade a esses processos, junto às crianças que saem da educação infantil e ingressam no primeiro ano do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Os educadores entrevistados são todos do sexo feminino, em idade entre 25 e 40 anos que passarão a ser identificadas como Professoras E1, E2 e E3 as que atuam no último ano da Educação Infantil. Já as profissionais que trabalham no primeiro ano do Ensino fundamental serão reconhecidas como professoras F1, F2 e F3. No quadro abaixo podemos observar a qualificação profissional e o tempo de atuação no magistério de cada uma dessas professoras envolvidas

Apenas duas delas atuam há mais de dez anos, enquanto que as demais variam entre 2 a 5 anos. A maioria possui o curso de graduação em pedagogia, sendo que apenas duas não são Pós-Graduadas, como podemos observar na

quadro a seguir:

<b>Prf<sup>a</sup>.</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de Serviço</b>
E1	Pedagogia e Pós-Graduação em educação infantil e Séries Iniciais	Mais de 10 anos
E2	Graduação em História	Entre 5 a 10 anos
E3	Pedagogia e Pós-Graduação com ênfase em Educação Inclusiva	Entre 5 a 10 anos
F1	Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento	Entre 2 a 5 anos
F2	Pedagogia e Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento	Entre 2 a 5 anos
F3	Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia, Gestão, Orientação e Supervisão Escolar	Mais de 10 anos

Fonte: dados pesquisa, 2010

Os professores, de modo geral, têm se preocupado, nos últimos anos, com as possíveis implicações que a entrada de crianças de seis anos na escola fundamental traz para a organização dos processos de ensino da leitura e da escrita. Muitos se perguntam: que competência, conceitos e habilidades devem ser desenvolvidas nesse primeiro ano de escolaridade? É certo ou não alfabetizar as crianças de seis anos? Para responder a essas e outras dúvidas é importante ter claro o que de fato se entende por processo de alfabetização. Nesse sentido procurou-se saber o que pensam as seis educadoras entrevistadas sobre esta questão, ou seja, o que elas entendem por alfabetização e letramento.

Observou-se que, de maneira geral, elas ainda fazem uma confusão entre esses dois conceitos. Por exemplo: A professora E2 afirma que alfabetização “é o ato de ensinar o estudante a ler e escrever, enquanto que letramento “é a decodificação das palavras”. Nessa mesma Linha de pensamento a professora F1 entende ser a alfabetização “um processo de reconhecimento do código alfabético e o seu uso social como meio de interação, enquanto que letramento, “é o reconhecimento do aluno da escrita como função social”.

Além de confundirem a conceituação desses processos, essas respostas apresentam expressões muito vagas como “ensinar a ler e escrever” e “função social”. Caberiam aqui algumas indagações: o que é ler e escrever para esta

professora? Decodificar códigos apenas? De que forma a professora F1 conceituaria a expressão “função social” empregada na definição dos dois conceitos?

É claro que aprender a ler e escrever são elementos essenciais do processo de alfabetização, mas não basta reconhecê-los como um fim em si mesmo, sem reconhecer a insuficiência desta concepção de alfabetização, entendida apenas como a aprendizagem mecânica de ler e escrever.

A professora F2, apesar de ser mais clara na definição de letramento dizendo ser “o estado ou condição de que se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita”, também demonstra incertezas quanto ao conceito de alfabetização quando escreve:

São conhecimentos que os estudantes já têm suas histórias e culturas, a maneira de ser de todas e as suas diferenças são contemplados nas mais diversas situações de aprendizagem que ocorrem. O mesmo planejado pelo professor deve permitir a vivência de experiências, estimularem a criatividade e a imaginação, desenvolvendo as mais diversas linguagens.

Essa resposta, pelo que se observa, não responde ao que foi perguntado de forma específica. Descreve situação que devem ser atendidas pela prática educativa de modo geral. Por sua vez, a professora E1 respondeu que alfabetizar é

O processo pelo qual todo indivíduo passa e se envolve através de suas ações ativas ou passivas, internalizando conhecimentos e criando conceitos sobre determinado assunto. Porém este processo não necessariamente e obrigatoriamente deve ser vivido dentro de uma instituição escolar. E para ela letramento

Essa professora acredita que não é somente a escola o local para se alfabetizar. Existem possibilidades também de se desenvolver esse processo por meio da educação não escolar. No entanto, é sabido que é a escola o melhor lugar para desenvolver o processo de alfabetização de forma mais sistemática e científica. Embora, em suas respostas, ela tenta dar maiores explicações sobre o assunto, os conceitos também se apresentam de forma confusa e até contrárias, pois entende que o letramento é:

O processo pelo qual o indivíduo passa primeiramente a identificar, reconhecer, conhecer, e nomear símbolos (letras) e como consequência a junção dos mesmos, quando já está na fase de percepção que tudo que pode ser falado pode ser escrito. E desta maneira, passa então a manejar a escrita propriamente dita como processo de registro. E por consequência este

registro passa a ser resultado de seu conhecimento sobre algo.  
(PROFESSORA E1)

Já a professora F3 afirma que os processos de alfabetização e letramento caminham juntos de forma que um complementa o outro, escrevendo:

São processos indissociáveis, por isso, estão ligados entre si: leitura, escrita, linguagem oral linguagem escrita decodificação de sinais etc. Para mim esses são processos que levam a alfabetização. No processo de alfabetização deve se enfatizar os aspectos construtivos das produções e participação do educando.

Mesmo assim, no final de sua escrita demonstra como as demais professoras, não ter clareza sobre as características próprias de cada um desses termos.

Segundo os autores que deram suporte ao referencial teórico, percebe-se que o processo de alfabetização é um momento único, onde coletivamente se pode criar, inovar e construir e de forma compartilhada pode-se ressignificar os saberes cotidianos e científicos. Por isso, está também associado ao ato de letrar.

Segundo Soares (2003, p. 15):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividade de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

Quando o processo de alfabetização se despe das roupagens tradicionais, permite aos educandos o doce sabor do desvelar do saber, aguçando curiosidades, estimulando a descoberta, vibrando com pequenos e com grandes progressos.

Por isso, o desafio que se coloca para a escola é o de alfabetizar letrando, isto é, fazer com que a criança se aproprie do sistema alfabético e ortográfico da língua, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, plenas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita.

Para Soares (2003, p.16), letramento é:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita.

Neste sentido, alfabetizar é muito mais que dar aulas, é mais do que repassar conteúdos, é mais do que estar ali para atender as exigências legais do mundo escolarizado, é sim querer atuar neste espaço de forma interativa, meditado pela história, cultura e sociedade, é construir uma escola mais inclusiva, mais humana e solidária e querer estar no mundo e nele fazer história.

No chamado modelo tradicional, a escrita é entendida como simples representação da linguagem oral, ou seja, como mera codificação da fala. Daí o processo de alfabetização escolar ficar reduzido ao ensino do código escrito, centrado na mecânica da leitura e da escrita.

Geralmente estes métodos são ainda utilizados pela escola, pois de modo geral facilitam o trabalho do professor em sala de aula, por isso perguntamos às professoras pesquisadas; se nessa nova visão de alfabetizar e letrar elas encontram algumas tipo de dificuldades.

DIFICULDADES	E1	E2	E3	F1	F2	F3
Alunos indisciplinados			X			X
Não escrevem, são lentos	X	X	X			
Escreve e não lêem			X			
Não se interessam			X			
Falta de tempo					X	
Desinteresse e pouca participação da família	X					X

Fonte: dados pesquisa, 2010

Verifica-se que estas alfabetizadoras têm ainda resquícios dos métodos tradicionais, pois a dificuldade mais apontada em relação ao alfabetizando foi a questão da lentidão em escrever. Isso dá a entender que não são observados os princípios da alfabetização segundo a teoria de Emilia Ferreiro (1999) e nem os da perspectiva sócio-cultural na qual, a maioria delas afirma, em outro questionamento,

ser a concepção que embasa suas práticas. Apenas a professora E2 disse ser a teoria construtivista que embasa sua prática educativa.

Além de pontuarem as dificuldades já descritas, as professoras também justificaram suas respostas, dentre as quais destacamos:

- E3 Todos esses itens dificultam o professor para alfabetizar. Todos têm uma dificuldade em particular e o professor com sua intervenção, procura solucionar esses problemas.

- F1 – as crianças muitas vezes não apresentam maturidade para serem alfabetizadas

- F2 – Falta de tempo. Devido a pouca idade necessitam de cuidado e de atenção

Essas falas confirmam a percepção de que os professores ainda conservam uma pedagogia tradicional com a alfabetização centrada no professor cuja função define-se por vigiar os alunos, aconselhá-los, ensinar a matéria e corrigi-la, pois ainda reclamam da indisciplina, da lentidão, falta de interesse.

Essa visão dá a entender que o processo de alfabetização, apoia-se principalmente nas técnicas para codificar/decodificar a escrita. A escrita espontânea da criança em fase de alfabetização não é levada em conta, sendo a base do processo de alfabetização a cartilha, a qual deve ser sequencialmente seguida.

Para Soares (2003, p.16), letramento é:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade.

A alfabetização com letramento em uma visão sócio-interacionista só ocorre na interação efetiva de todos os segmentos que constitui uma instituição educativa. Nesse caso a família também é responsável pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança, principalmente quando estamos enfatizando a necessidade de interiorização da leitura e da escrita com função social.

As respostas das educadoras mostram que em nenhum momento estas se colocam também como participantes do insucesso escolar, a culpa está na família, na escola ou no aluno.

Não que todos não contribuam para estas dificuldades, mas enquanto equipe, enquanto educadoras acredita-se que a responsabilidade está num conjunto

de fatores que se segregam para incluir ou excluir a criança em relação ao processo de alfabetizar e letrar.

Segundo Vygotsky,(1989), o processo de aprendizagem é entendido como apropriação e reelaboração do conhecimento historicamente construído. O aluno e o professor devem apropriar-se daquilo que é patrimônio coletivo da humanidade e, a partir daí, na interação entre as demais pessoas e de acordo com o momento histórico atual, seguir (re) elaborando e (re) construindo novos conhecimentos.

A participação do professor é importante para a aprendizagem da língua escrita, pois implica, segundo Vygotsky,(1989), no domínio e o desenvolvimento de funções mentais superiores, tais como a memória, a atenção, a percepção e a própria linguagem. É muito importante o papel do professor, que além de mediador do conhecimento, é aquele que planeja, organiza propõe desafios ao aluno de modo que estes se apropriem do conhecimento.

Por isso, o desafio que se coloca para a escola é o de fazer com que a criança se aproprie do sistema alfabético e ortográfico da língua garantindo-lhe, ao mesmo tempo, plenas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita.

## **6.2 Avaliação Diagnóstica dos Alunos que Vem da Pré-escola é o Esperado?**

A criança, por viver numa sociedade letrada, tem diferentes tipos de contatos com a escrita. Em seu cotidiano, faz perguntas sobre a escrita e dá respostas a essas perguntas por meio de hipóteses baseadas na análise da língua escrita, na experimentação de modos de ler e escrever, no contato ou na intervenção direta dos adultos. A criança, portanto, muito antes de ingressar no primeiro ano do ensino fundamental, começa a aprender o que é a escrita, para que serve e como ela funciona. Mas nem todas têm as mesmas oportunidades e por isso nem todas chegam à escola com o mesmo nível de aprendizagem. Perguntou-se às pesquisadas a respeito do nível de aprendizagem diagnosticado no primeiro ano do ensino fundamental, dos alunos que vem da pré-escola, se é o esperado ou não. As que trabalham na educação infantil, com crianças de 4 a 5 anos, responderam com base no que pensam ou no que ouviram dizer, pois não vivem essa experiência.

Nesse sentido, a professora E1 respondeu: “pelo depoimento de diretores e professores que recebem as crianças, a avaliação é positiva a ponto de muitos preferirem uma turma onde todas as crianças tenham passado pela pré-escola”. Já as professoras do ensino fundamental foram unânimes em afirmar ser uma questão muito relativa. Na maioria das vezes, depende do interesse da própria criança ou da forma como a aprendizagem foi mediada pela professora anterior. Exemplo: “cada criança é diferente da outra”. Não existe conhecimento pré-determinado ou acabado. Cada turma de 1º ano é diferente uma da outra, depende da mediação do professor anterior. (PROFESSORA F3)

Segundo alguns autores lidos e apresentados no referencial teórico, a realização da avaliação diagnóstica durante as primeiras semanas do ano letivo é extremamente importante para o professor alfabetizador que atua no primeiro ano do Ensino fundamental. Através dela, poderá conhecer os seus alunos e, a partir desse conhecimento, definir a organização de seu trabalho, considerando quais são as capacidades já dominadas e quais as que devem ser introduzidas e trabalhadas de forma sistemática, para que, ao final de um ano letivo, estejam todas consolidadas.

Na realização dessa tarefa, o professor precisa reunir informações sobre como e quando a criança interage com a escrita, fora da escola, de que práticas culturais seus alunos participam e quais os conhecimentos e capacidades que as crianças já dominam sobre esse objeto de estudo. Enfim, esse é o momento em que os profissionais da escola precisam buscar elementos que dêem suporte para sua práxis.

### **6.3 Alfabetização e letramento na Educação Infantil**

De acordo com o referencial teórico, a organização do trabalho de leitura e escrita pode ser iniciada já na educação infantil, considerando a experiência prévia das crianças com o mundo da escrita em seus espaços familiares, sociais e escolares. Assim, é preciso criar contextos significativos, trabalhando com temas de interesse e com o amplo mundo da escrita, que desafia as crianças a lidar com as diversidades de textos que elas conhecem e de outros que precisam conhecer sem perder de vista os conteúdos que se pretende atingir.

O professor deverá lidar com dois desafios: aproveitar a experiência que as crianças já têm com a cultura escrita, as necessidades de ler e escrever de cada turma e, também, saber que pode se organizar como professor, estabelecendo um conjunto de procedimentos que podem ser adaptados a cada contexto. Quando indagadas, sobre essa questão de poder iniciar a alfabetização na educação infantil, apenas a professora E1 não respondeu de forma clara sobre sua opinião a esse respeito, enquanto as demais disseram que sim, e algumas justificaram dizendo:

-“Entendo que nossas crianças estão chegando cada vez mais cedo na escola. O professor deve estar preparado para trabalhar com a turma de acordo com o anseio e interesse da mesma. Porém não tirando o foco do lúdico”. (PROF<sup>a</sup> E2)

-“Desde que seja de uma maneira prazerosa sim, pois deixa a criança aprender brincando”. (PROF<sup>a</sup> E3)

-“A escrita faz parte do aluno, basta respeitar suas particularidades no lúdico”. (PROF<sup>a</sup> F1)

-“A partir dos quatro anos, já se inicia o processo de alfabetização de acordo com a curiosidade do estudante, desde que não seja algo forçado.” (PROF<sup>a</sup> F2)

-“Quando as crianças ingressam na escola, trazem uma farta bagagem de conhecimento que deve ser indagado. É a fase da curiosidade, da criatividade, melhor momento da memorização a ser aproveitado, o máximo, de forma dinâmica e prazerosa (PROF<sup>a</sup> F3)

Observa-se aqui uma diferença entre as respostas das professoras de educação infantil e as do ensino fundamental, pois as segundas dão mais ênfase na confirmação de que a pré-escola deve dar início ao processo de alfabetização, enquanto as primeiras respondem de forma mais genérica sem darem uma justificativa mais coerente. Importante é perceber que a maioria delas ressalta a necessidade do lúdico nesse processo.

Alfabetização é a base de todo o processo de ensino aprendizagem, podendo ser iniciado já na educação infantil. Para tanto, as escolas e as instituições de educação infantil devem dialogarem entre si para falarem a mesma linguagem e refletirem sobre a complexidade desse processo, uma vez que muitos professores não encontram dificuldades em dar continuidade ao processo. As professoras E2 e F2 simplesmente disseram “não” e as outras se manifestaram deste modo:

E1 – Não poderia responder esta questão de maneira exata pelo fato de nunca ter passado pela experiência, porém creio que seria maravilhoso continuar o trabalho de letramento e alfabetização pela forma com que saem da pré-escola

E3 – Não, nunca encontrei essa dificuldade.

F1 – dificuldades existem em qualquer série e são inúmeras, no entanto no primeiro ano é a maturidade e a falta de reconhecimento do alfabeto.

Não, porque procuro primeiro conhecer bem a turma que estou recebendo. Procuro adaptá-la as regras de convivência em grupo e quando conheço suas necessidades, capacidades e desejos, desenvolvo minhas aulas para aproveitar essas características o máximo possível. (PROF<sup>a</sup> F3)

Diante dessa resposta, pode-se inferir que a professora F3 procura evitar ou superara a ruptura que pode existir entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, deixando a entender que cabe mais aos professores e à escola evitá-la. Tal fragmentação pode ocorrer porque em muitos casos se abandona as atividades lúdicas e os alunos passam a trabalhar individualmente em carteiras enfileiradas. Não há dúvida de que a ludicidade contribui para melhor promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais que se deseja serem construídas pelas crianças nessa faixa etária. Mas isso não significa deixar de propor um trabalho pedagógico estruturado para crianças que antes estariam apenas brincando. Neste sentido é importante planejar os momentos de brincadeiras, de histórias e de trabalho com outras linguagens, juntamente com a aprendizagem da leitura e da escrita.

#### **6.4 As dificuldades em continuar a alfabetização iniciada na Pré-escola.**

A maioria das professoras que colaboraram com a pesquisa, disse não encontrar dificuldades em dar continuidade ao processo de alfabetização das crianças que deixam a educação infantil e ingressam no primeiro ano do ensino fundamental.

Nesse caso, como o questionário aplicado foi o mesmo para todas as professoras entrevistadas, as da educação infantil limitaram-se a responder o que pensam a respeito: “Não poderia responder esta questão de maneira exata pelo fato

de nunca ter passado pela experiência, porém creio que seria maravilhoso continuar o trabalho de letramento e alfabetização pela forma com que saem da pré-escola.”  
(PROF<sup>a</sup> E1)

Entre as que atuam no ensino fundamental, duas disseram que não encontram dificuldades, sendo que a professora F3 justificou dizendo:

Não, porque procuro primeiro conhecer bem a turma que estou recebendo. Procuro adaptá-la às regras de convivência em grupo e quando conheço suas necessidades, capacidades e desejos, desenvolvo minhas aulas para aproveitar essas características o máximo possível.

Por outro lado a professora F1 esclarece que “dificuldades existem em qualquer série e são inúmeras, no entanto no primeiro ano é a maturidade e a falta de reconhecimento do alfabeto”.

Desses posicionamentos, pode-se deduzir a aprendizagem das crianças em relação ao processo de alfabetização da Educação Infantil ao Ensino Fundamental realiza-se de forma coerente, contínua e não fragmentada. A maneira como a professora F3 justifica, tem muita coerência com o que realmente deve ser feito em todas as fases do processo de educação escolar.

O projeto Marista para o Ensino Fundamental (2010) aponta que este é um tempo de passagem, onde as fronteiras precisam ser desvanecidas e:

Faz-se necessário um constante dialogo entre as áreas de conhecimento, entre os conteúdos dos diferentes anos, entre os fazeres de cada ano ou segmento de forma coesa e progressiva [...] A transição corresponde a um processo de mudança entre os tempos educativos e tempos didáticos com exigências específicas, que pressupõe transformação e exercício da autonomia, de forma gradativa.(PROJETO MARISTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL,2010,p.107).

Esses últimos depoimentos das pesquisadas, estão coerentes com as respostas dadas sobre a maneira de avaliarem a aprendizagem dessas crianças no processo de alfabetização, pois a avaliação torna-se uma grande aliada nesse processo de continuidade da aprendizagem das crianças sem passar por grandes rupturas.

Todas elas afirmaram que avaliam em todos os momentos, pois se trata de avaliação processual. A professora E1 esclarece ser por meio da avaliação “que o educador terá de forma clara como está o cenário da interiorização e compreensão dos conhecimentos vividos pelo educando”. Completando a professora F2 enfatiza

que “devemos estar avaliando sempre como está a escrita e a leitura através de jogos, ditados de figuras, tarefas, pontualidade, comportamentos e frequências.”

Educar assim, passa a ser muito mais que uma simples tarefa de repassar conteúdos e cobrar o que o educando decorou. Avaliação, hoje, é entendida como parte integrante do processo educativo, tendo como real função diagnosticar e apontar como se dão os processos de construção das aprendizagens. Somente por meio dessa avaliação, considerada processual e contínua, educadores assumem o papel de investigadores envolvidos com a mediação significativa para o avanço da construção das aprendizagens, sejam individuais ou coletivas.

## **6.5 Principais Atividades Desenvolvidas em Aula**

Ao receber as crianças de seis anos nas salas de aula do Ensino Fundamental, a escola precisa considerar que essa criança já é um falante da língua e que, por isso, já está inserida numa comunidade que faz determinado uso dessa língua. Partindo daquilo que ela já sabe, dos conhecimentos que já construiu, das capacidades que já desenvolveu, o professor como mediador e desafiador do processo, deve planejar atividades de modo a contribuir com seu processo de aprendizagem.

Para o processo de alfabetização e letramento se tornar mais significativo, as professoras pesquisadas também falaram sobre as atividades que mais desenvolvem em suas aulas. A professora E1 diz que “na pré-escola, (minha experiência) é com lúdico”.

Por tudo o que já se refletiu, não há dúvida de que aprender brincando é muito mais interessante, prazeroso e significativo. Oliveira (1998), chama a atenção para a importância do jogo imaginário e as possibilidades de ser usado para facilitar a aquisição da linguagem, tanto oral como escrita, sendo que, para isso acontecer, deve existir um paralelo entre a linguagem e a ação que envolve relação entre dois modos de atuar, o lúdico e o linguístico.

Outras professoras chamam atenção para o fato de utilizarem atividades com textos lúdicos para que a criança se interesse mais, assim se expressando:

E2 – “Construção e reconstrução de texto, usando recursos visuais como alfabeto, rótulos de produtos e números concretos.”

E3 – “Eu gosto muito de trabalhar com textos, recursos e objetos, jogos e brincadeira. Através do lúdico o aluno assimila muito mais o que está aprendendo.”

F1 – “O que lhes dão prazer: música, poemas dramatização, etc.”

F2 – “Desenvolver projetos de leitura, envolvendo curiosidade e prazer como o da “Mala Viajante”, ficha de leitura, recortes de revistas, jogos, ditados de figuras e leituras dos mais variados tipos de textos”.

F3 – “As músicas, jogos e brincadeiras. Devemos respeitar a idade das crianças nessa fase lembrando que é mais prazeroso aprender brincando.”

Trabalhar alfabetização por meio de jogos é possibilitar que as crianças façam determinadas abordagens do sistema, como as relações entre sons e letras, o reconhecimento do alfabeto ou mesmo de palavras. Permite com que sejam trabalhadas situações desafiadoras e lúdicas, sem recorrer a exercícios repetitivos de memorização e análise.

O cotidiano da escola é rico em situações em que a escrita e a leitura são necessárias e fazem sentido. Trabalhar atividades significativas, lúdicas, de pesquisa, literária é imprescindível para que a criança compreenda a abordagem dos aspectos formais do sistema de leitura e escrita. Algumas atividades devem ser previstas para desenvolver atitudes e valores nos alunos em relação à leitura, como gostar de ler livros diversificados, frequentar bibliotecas, valorizar a leitura como fonte de entretenimento, cuidar dos livros e demais materiais escritos, bem como, procurar informações em jornais e revistas.

Nesse contexto, letrar é mais que alfabetizar, visto que a alfabetização se desenvolve em um contexto de letramento com o início da aprendizagem da escrita, com o desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever o mundo, ou seja, no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, tendo em vista que a linguagem é um fenômeno social.

## 7 CONCLUSÃO

Ao encerrar esta pesquisa fica claro quão difícil é o processo de alfabetização, principalmente quando se trata da compreensão do mesmo e seu desenvolvimento na educação infantil e no ensino fundamental. Há muita contradição por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, especialmente por parte das professoras pesquisadas.

Sugere-se que alguns professores repensem sua práxis, seu papel, suas metodologias e se coloquem enquanto ator do processo juntamente com seus alunos

É preciso investir num desenvolvimento interativo, criativo e lúdico, incluindo a habilidade de aprender a ouvir opiniões diferentes e a contra-argumentar, estabelecendo comparações objetivas entre textos diferentes e as diversas maneiras de utilizar a escrita socialmente. É necessário também favorecer a troca de experiências, tendo em vista o desenvolvimento de valores como cooperação e reciprocidade.

Lembra-se aqui, que o objetivo desta pesquisa foi compreender se existe uma continuidade no processo de alfabetização e letramento quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no 1º ano do ensino fundamental e se constatou que existem algumas dificuldades ainda. No entanto, já há indícios que demonstram mudanças nesse processo, tais mudanças mais positivas do que negativas, segundo as falas da professoras pesquisadas. Porém essa continuidade no processo de alfabetização e letramento necessita ser melhor compreendida, pois a maioria das professoras envolvidas na pesquisa, afirma que suas práticas estão embasadas na concepção histórico-cultural, no entanto, em outros momentos do questionário usam expressões que contradizem essa afirmação. A questão que se levanta é: de que maneira elas operacionalizam esse processo nas aulas? Isso demandaria aprofundar mais a pesquisa, visando a uma compreensão muito maior desse tema tão relevante na vida escolar das crianças.

Defende-se a opinião de que é preciso proporcionar à criança a oportunidade de expor suas ideias, enfatizando o processo dialógico, e a partir desta interação, compreenda-se o funcionamento social da linguagem e da escrita. É necessário, ainda, reconhecer que na relação com o meio e com o lúdico, de forma

especial, as crianças possuem muitas formas de internalizar os conhecimentos necessários.

Fica o convite aos profissionais da educação, especialmente os que trabalham com a alfabetização, a buscarem aperfeiçoamento nessa área tão complexa, mas rica em sentido e significado para a educação.

## REFERÊNCIAS

ALTINO. José Martins Filho. **Criança pede respeito: temas em educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ARANHA. Maria Lucia de Arruda. **Historia da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARRETTO. Elba Siqueira de Sá Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educação. Pesquisa**. v.30, n.1, São Paulo: jan./abr. 2004.

BEUREN. Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas. 2004

BRASIL. **Lei 4.024/1961**. Disponível em.  
<[http://www.diariooficial.hpg.com.br/fed\\_lei\\_4024\\_1961.htm](http://www.diariooficial.hpg.com.br/fed_lei_4024_1961.htm)>. Acessado em 28/10/2010.

\_\_\_\_\_. **LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em.  
<[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm)>. Acesso em 28/10/2010.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996**. Disponível em.  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em 28/10/2010.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.114, de 16 de maio de 2005**. Disponível em.  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm)> . Acesso em 10/10/2010.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Disponível em.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm) . Acessado 10/10/2010.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental** . Brasília/DF: MEC/SEF,1998

CORAGGIO, Jose L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.

GOULART, Cecília M. A. **A noção de letramento como horizonte ético-político para trabalho pedagógico: explorando diferentes modos de ser letrado**. Projeto de pesquisa, 2003.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

JEAN, Georges. **A escrita – Memória dos homens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KATO, Mary. **Aquisição da escrita e métodos de alfabetização**. São Paulo: Revista: Nova Escola, 1984.

KRAMER, Sonia e LEITE, M. I. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2006

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: ATLAS, 1995.

LURIA, Alexandr. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKI, Liev Semionovich; LURIA, Alexandr Romonovich; LEONTIEV, Alexis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Icone, 1988.

MONTE, Jaime Bezerra do. **Psicologia II**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2004.

PROJETO MARISTA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. Província Marista Centro Sul. São Paulo:FTD.2010

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & Leitura**. São Paulo: Cortez, 2003.

REGO, Tereza Cristina. **Vygostky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**: Disciplinas Curriculares, Florianópolis: COGEN,1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Uma caminhada coletiva na direção de uma educação de qualidade para todos. Florianópolis: COGEN,2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos**. Pátio, nº. 29. Ano VII, editora Artes Médicas Sul Ltda, 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TRINDADE. Ana Paula Pires. **O processo histórico da escrita e sua importância na formação do sujeito**. Disponível em:  
[http://www.planetaeducacao.com.br/novo/gepi/processo\\_historico\\_da\\_escrita.pdf](http://www.planetaeducacao.com.br/novo/gepi/processo_historico_da_escrita.pdf). Acesso em 22/10/2010.

VENTURA, Lidnei. **Alfabetização**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2003

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## **APÊNDICE**



## QUESTIONÁRIO

**Senhores (as), Professores,**

**Eu - KAROLINE NAIR FIGUEREDO DA SILVA -** sou acadêmica do curso de Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, e estou desenvolvendo uma pesquisa para realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O tema é sobre “Alfabetização e Letramento: Da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental” Para que o trabalho possa atingir seu objetivo necessito de sua colaboração no sentido e emitir sua opinião sobre a temática, respondendo as questões abaixo.

Desde já agradeço imensamente sua colaboração, comprometendo-me de não divulgar nomes das pessoas nem das escolas envolvidas.

### IDENTIFICAÇÃO

Idade:                      Sexo:

Formação:

- ( ) Segundo grau - Curso \_\_\_\_\_  
 ( ) Graduação incompleta - Curso \_\_\_\_\_  
 ( ) Graduação completa – Curso \_\_\_\_\_  
 ( ) Pós graduação - Curso \_\_\_\_\_

Quanto tempo leciona:

- ( ) De um a dois anos.                      ( ) De cinco a dez anos  
 ( ) De dois a cinco anos                      ( ) mais de dez anos

1. O que você entende por processo de alfabetização?

---



---



---

2. Descreva sua compreensão sobre letramento?

---



---



---

3. Quais as maiores dificuldades que você, enquanto educadora, encontra ao alfabetizar?

- Os alunos são muito indisciplinados.
- Os alunos não conseguem escrever, são lentos.
- Os alunos escrevem, mas não lêem.
- Os alunos não se interessam pelo processo ensino aprendizagem.

Outras: Quais? \_\_\_\_\_

---

---

---

4. Qual a maior dificuldade dentro do índice de reprovação que mais está presente no contexto escolar do educando?

---

---

---

---

5. Qual a concepção teórica que dá suporte a sua prática educativa?

- Concepção Inatista
- Ambientalista
- Construtivista
- Histórico cultural.

Justifique sua

opção \_\_\_\_\_

---

---

6. Como são os pais de seus alunos?

- Os pais de seu alunos são participantes
- Vem à escola saber como está o processo de alfabetização dos filhos.
- Ajudam os filhos em casa.
- Não participam.

7. Você acha importante a avaliação no processo de alfabetização e letramento das crianças? Por quê?

---

---

---

---

---

8.Quanto a avaliação como se dá e quais métodos utilizados?

( ) Avalia em todos os momentos, é processual.

( ) Por meio de provas, a avaliação é um fim em si mesma.

( ) Por trabalhos e provas, é processual.

( ) Outros – Quais? \_\_\_\_\_

9.Os alunos que chegam da Pré escola para o Ensino Fundamental possuem o nível de aprendizagem que você espera como professora do 1º ano?

---

---

---

---

---

10. Você acha que a Educação Infantil deve iniciar o processo de alfabetização e letramento com as crianças? Por que?

---

---

---

---

---

11. Você sente alguma dificuldade em dar continuidade ao processo de alfabetização e letramento iniciado na Pré escola? Quais?

---

---

---

---

---

12. Que tipo de atividade você mais desenvolve com as crianças, visando o processo de alfabetização e letramento?

---

---

---

---

---